



União Europeia
Política Regional

pt info regio panorama

12

Dezembro de 2003

Entrevista

Wolfgang
Tiefensee,
presidente
da Eurocities

Em foco

O Fundo
de Solidariedade,
um ano depois

Descoberta
de um país aderente
A Hungria

Descoberta
de uma região
A Sicília



**Intercâmbio
de boas práticas**

Wolfgang Tiefensee

Presidente da Eurocities (*)



A Eurocities luta para que as cidades possam desempenhar um papel central na futura programação dos fundos estruturais.

Em que medida é que as cidades devem merecer uma atenção especial?

Essa questão não se coloca: a Europa é o continente mais urbanizado do mundo. As cidades e as regiões urbanas acolhem a maioria dos cidadãos, bem como todos os tipos de actividades económicas, sociais, culturais e de lazer. As cidades sempre foram focos de mudança e desempenham um papel fulcral na construção do futuro da Europa. Mesmo que muitas orientações políticas, da economia ao ambiente, dependam de tendências globais, é sobretudo ao nível local que se têm de conceber e pôr em prática as novas políticas. Assim, tendo a Europa como objectivo o crescimento económico, a criação de emprego, o desenvolvimento sustentável e a competitividade, é essencialmente ao nível local que será necessário atingir esses objectivos. Estou convencido de que a Europa apenas atingirá os ambiciosos objectivos da estratégia de Lisboa se dermos às cidades e às regiões um papel central. Não chegam

consultas *ad hoc* sobre temas específicos. É necessário um diálogo permanente e sistemático, de modo que as cidades e as regiões sejam fortemente implicadas, tanto na concepção como na execução das políticas europeias. Isso é indispensável para se poderem fazer as opções políticas pertinentes num vasto leque de questões, como os serviços de interesse geral, a legislação ambiental, o emprego e a inserção social e, evidentemente, as políticas regionais e de coesão. Se queremos fazer da Europa a economia mais competitiva do mundo, mantendo uma sociedade solidária, necessitamos de cidades fortes, que possam adaptar-se às mudanças sociais e económicas.

A este respeito, qual deve ser para si o papel da União Europeia? Por exemplo, a Europa deverá investir mais nas infra-estruturas das zonas urbanas?

Claro que sim. A acessibilidade das nossas cidades em termos de eixos de transporte é, evidentemente, crucial para a competitividade económica da Europa. O mesmo no que diz respeito ao acesso a espaços comerciais e de escritórios que possam ser, simultaneamente, adequados e acessíveis do ponto de vista financeiro. Se não pudermos oferecer às empresas aquilo de que necessitam, irão procurá-lo noutros locais. Mas as infra-estruturas económicas e sociais das nossas cidades

são igualmente importantes. As políticas de coesão concentraram tradicionalmente os seus recursos nos bairros urbanos mais afectados pela pobreza e pelo desemprego. A revitalização dos bairros com dificuldades é uma prioridade importante quando observamos, por vezes, maiores disparidades socioeconómicas numa mesma região urbana do que entre regiões ou países. Mas, sem nunca esquecer os problemas sociais mais prementes, devemos também atacar as causas destes mesmos problemas, tentando assegurar uma prosperidade económica a longo prazo. Esta é uma das lições do programa URBAN. Do que necessitamos agora é de uma abordagem complementar que valorize as oportunidades económicas e as possibilidades de emprego, de forma a reforçar a capacidade das grandes cidades em se constituírem nos motores da economia europeia.

Parece pouco provável que o futuro Tratado confie às instituições europeias competências específicas em matéria de política urbana...

Acho um pouco estranho que as cidades nunca sejam mencionadas nos tratados europeus existentes, à excepção do facto de terem todos o nome de uma cidade — Roma, Maastricht, Amesterdão! Mas isto não quer dizer que não haja lugar para

Sumário

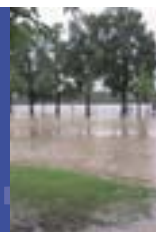
Editor responsável: Thierry Daman, CE, DG Política Regional

Esta revista está disponível em 11 línguas da União Europeia, na página Internet http://europa.eu.int/comm/regional_policy/index_pt.htm
É impressa em cinco línguas (DE, EN, ES, FR e IT) em papel reciclado.
Os textos desta publicação não têm valor legal.

Fotografias (páginas): Mike St Maur Sheil (1), Eurocities (2), AEIDL (4, 5), DG REGIO (7), Hungary Tourist Board (9, 10), Prime Minister's Office of the Republic of Hungary (10), Gianpiero Casagni (12, 13), Naisyrittäjän Lähtöruutu (14, 15).

Capa: a agência gráfica «Bizness Communications» de Liège (Bélgica) beneficiou da ajuda do FEDER.

4



Um ano após a criação do FSUE: consolidar a solidariedade europeia face às catástrofes

7



Transformar o apoio europeu em sucesso regional: o exemplo de Yorkshire e Humber (Reino Unido)

uma acção comum. O desenvolvimento harmonioso da União é um objectivo-chave, onde se incluem, evidentemente, as cidades.

Na minha opinião, a verdadeira questão é saber se as cidades e as regiões devem ou não pronunciar-se sobre as políticas e os programas que possam afectar o seu funcionamento. Com a Comissão, caminhamos positivamente para um diálogo sistemático que, esperamos, acabará por envolver também as outras instituições. Procuramos igualmente concluir acordos multilaterais entre autoridades locais, regionais e nacionais, assim como com a Comissão Europeia.

Tudo isto nos leva a colocar a questão dos limites do princípio da subsidiariedade: Este deve ficar ao nível do governo nacional ou incluir também os governos regionais e locais? A questão também foi levantada na conferência do Comité das Regiões sobre o futuro da política de coesão, da qual fomos os anfitriões em Leipzig (¹), em Maio último. Apesar do debate se centrar nos fundos estruturais, não foi possível ignorar a questão mais geral da possível contribuição das cidades para a governação europeia. Acordámos com as regiões que a procura de soluções para os problemas urbanos era do interesse geral e que as cidades deviam ser amplamente envolvidas nos programas regionais. Não se trata portanto de uma questão de cidades contra regiões. Pelo contrário, é a trabalhar em conjunto que conseguiremos alcançar os nossos objectivos comuns.

Como é que vai convencer os governos dos Estados-Membros de que a União Europeia devia apoiar activamente o desenvolvimento urbano, como acaba de explicar?

Até agora, a principal função da política de coesão da União Europeia era

compensar os efeitos negativos do mercado único, ajudando as regiões menos desenvolvidas ou em reestruturação. Presentemente, parece que o debate já não incide sobre objectivos políticos, mas antes sobre objectivos financeiros. Algumas personalidades políticas nacionais dizem, nomeadamente, que numa União alargada todo o dinheiro deverá ser encaminhado para os Estados-Membros mais pobres e, por conseguinte, que a política regional é da competência dos governos nacionais. Na Eurocities somos francamente contra tal renacionalização da política regional que, pensamos nós, põe em perigo o projecto europeu no seu conjunto. Para alcançarmos os nossos objectivos precisamos do apoio de uma política europeia. O valor actual de 0,45% do PIB para as políticas de coesão é, pois, um mínimo absoluto. Menos do que isto enfraqueceria fortemente a estratégia de Lisboa e prejudicaria a competitividade e a coesão da economia europeia.

É esta a mensagem que dirigimos às instituições europeias, bem como aos nossos próprios governos nacionais. O sucesso dos nossos esforços dependerá da nossa determinação. O comissário Barnier está muito empenhado em executar uma verdadeira política de coesão, na qual as cidades terão um papel fundamental. Também podemos contar com o apoio dos deputados europeus. Muitos deles visitam regularmente as nossas cidades e os seus contactos não deixarão de aumentar até às eleições de Junho de 2004. Assiste-se a uma crescente tomada de consciência sobre a necessidade de desenvolver as relações entre a União Europeia, as cidades e as regiões. Isto ajudar-nos-á a alcançar o nosso objectivo comum: aproximar a Europa dos seus cidadãos.

(¹) Wolfgang Tiefensee é também o presidente da Câmara de Leipzig (Alemanha).

Eurocities: as cidades na ordem do dia

Fundada em 1986, a Eurocities agrupa as autoridades locais de 120 cidades de 31 países da Europa e procura reforçar o papel das cidades europeias, nomeadamente em matéria de concepção e execução de políticas.

A rede das grandes cidades europeias tem por principais actividades:

- a constituição de redes: partilhar e melhorar os conhecimentos, apoiar a cooperação entre cidades;
- o «lobbying»: elaborar e orientar as políticas, manter o diálogo com as instituições da União Europeia;
- a sensibilização: chamar a atenção do público, através dos meios de comunicação social, para questões fulcrais relativas à cidade.

Através dos seus comités temáticos, grupos de trabalho e redes associadas, a Eurocities trabalha um vasto leque de importantes desafios políticos para as cidades, tais como a cultura e o lazer, o desenvolvimento económico, o ambiente, a governação, as novas tecnologias, os serviços públicos, o bem-estar social e os transportes urbanos.

Contacto:

Eurocities
Square de Meeûs 18
B-1050 Bruxelles
Tel.: (32-2) 552 08 85
Fax: (32-2) 552 08 89
Internet: <http://www.eurocities.org>



9



A Hungria: Avante!
— Questões colocadas a Endre Juhász, ministro húngaro dos Assuntos Europeus

12



A Sicília:
periferia e desequilíbrios

14



Ponto de partida
para mulheres empresárias

Um ano após a criação do FSUE

Consolidar a solidariedade europeia face às catástrofes

Num ano de existência do Fundo de Solidariedade, foram utilizados mais de 800 milhões de euros em ajudas imediatas. Para lá destas ajudas, um desafio se coloca para o futuro: coordenar melhor a solidariedade europeia e dar maior atenção à prevenção.

Foi apenas há um ano que, por proposta da Comissão Europeia e na sequência das inundações devastadoras de Agosto de 2002 nos países da Europa Central, foi criado um novo instrumento financeiro europeu: o Fundo de Solidariedade da União Europeia (FSUE). O Verão de 2003, marcado por temperaturas excepcionalmente elevadas, cujas consequências foram singularmente dramáticas em Portugal e nas regiões

do Mediterrâneo expostas às secas e aos incêndios da floresta, confirmou a importância de uma organização eficaz da solidariedade europeia perante as grandes catástrofes.

Para mencionar apenas os dados relativos a Portugal, os recentes incêndios devastaram no país uma superfície de mais de 350 000 ha, sendo cerca de 300 000 ha de floresta (6% da floresta portuguesa) e 25 000 ha de

terras agrícolas. Dezoito pessoas perderam a vida e 45 000 foram privadas dos seus bens ou das suas fontes de rendimento. Sem contar — tanto em Portugal como noutras regiões do sul — com as repercussões humanas, sociais, económicas e ambientais de longo prazo, nomeadamente devido ao facto de a superfície devastada anualmente ser muito superior à superfície reflorestada.



Agosto de 2002: o Elba em fúria, em Dresden (Alemanha).

Uma lacuna colmatada

O regulamento do FSUE ⁽¹⁾ prevê que os Estados-Membros e os países em vias de adesão possam solicitar uma ajuda deste fundo em caso de «catástrofe de grandes proporções» (para tal os prejuízos da catástrofe devem ser estimados em mais de 3 mil milhões de euros ou de 0,6% do rendimento nacional bruto). Uma região pode, no entanto, obter um auxílio excepcional sempre que uma catástrofe afecte a maioria da população e tenha repercussões graves e prolongadas na sua estabilidade económica e nas condições de vida. O orçamento anual do FSUE eleva-se a mil milhões de euros, dos quais apenas 75 milhões podem ser utilizados para catástrofes regionais extraordinárias.

É importante sublinhar que o FSUE não foi instituído para fazer face ao conjunto de despesas decorrentes das catástrofes. O FSUE exclui da sua intervenção os danos privados. As acções a longo prazo (reconstrução permanente, redistribuição económica e prevenção) podem beneficiar de intervenções de outro nível (ver caixa). Tratava-se, sobretudo, de prestar rápida, eficaz e flexivelmente, um apoio financeiro de urgência para acções como o alojamento temporário ou a reparação provisória de infra-estruturas indispensáveis à vida quotidiana. De facto, não existia um fundo europeu que pudesse ter essa função numa área (protecção civil) que é da competência dos Estados-Membros.

2002-2003: primeiros passos da solidariedade

Até à data (NR: 15 de Outubro de 2003), o Fundo de Solidariedade foi accionado para apoiar oito intervenções em sete países. As quatro primeiras ocorreram após as inundações de 2002:

- Alemanha (*Länder* de Saxónia, Saxónia-Anhalt, Baviera,

Brandeburgo, Meclemburgo-Pomerânia Ocidental, Baixa Saxónia, Schleswig-Holstein e Turíngia): 444 milhões de euros;

- Áustria (*Länder* de Estíria, Baixa Áustria, Vorarlberg, Viena, Alta Áustria, Tirol e Salzburgo): 134 milhões de euros;
- República Checa: 129 milhões de euros;
- França (Departamento do Gard): 21 milhões de euros.

Estas ajudas serviram, concretamente, para reembolsar as despesas originadas pelas inúmeras intervenções: restabelecer provisoriamente o funcionamento de vias de comunicação (nomeadamente o Metropolitano de Praga), de instalações de abastecimento de energia ou de água, de estações de tratamento de águas residuais, de serviços telefónicos ou postais, de infra-estruturas sociais como hospitais, escolas ou jardins-de-infância, bem como o reforço das margens dos cursos de água, a organização de serviços de urgência às populações sinistradas (alojamento e abastecimento), a protecção do património cultural e a limpeza das zonas sinistradas.

As outras intervenções do Fundo de Solidariedade decididas até à data beneficiaram três outros países:

- Espanha (Galiza, Astúrias, Cantábria e País Basco) na sequência da catástrofe do *Prestige*: 8,6 milhões de euros;
- Itália: 30,8 milhões de euros para as consequências de uma sucessão de sismos (Molise e Apúlia) e 16,8 milhões de euros para as regiões afectadas pela erupção do Etna (Sicília), ou seja, um total de 47,6 milhões de euros;
- Portugal: para enfrentar os incêndios sem precedentes que devastaram o país durante o Verão de 2003, a Comissão atribuiu uma ajuda de 48,5 milhões de euros.

Em Espanha tratou-se de reembolsar as despesas das operações de limpeza de emergência efectuadas nas zonas costeiras afectadas pela maré negra. Em Itália, a ajuda do FSUE foi principalmente consagrada ao alojamento provisório das populações, ao restabelecimento imediato das infra-estruturas públicas afectadas, à consolidação das infra-estruturas preventivas, à preservação do património e à limpeza. Em Portugal serão reembolsadas o mesmo tipo de despesas, incluindo as reparações mais



⁽¹⁾ Regulamento (CE) n.º 2012/2002 do Conselho, JO L 311 de 14.11.2002.

Outros níveis de intervenção

Para além do apoio financeiro imediato concedido pelo FSUE, a luta contra as catástrofes pode ser organizada a diversos níveis (a lista que se segue não é exaustiva):

- Os programas de desenvolvimento regional co-financiados pelos **fundos estruturais**. Os Estados-Membros podem alterar as prioridades dos programas, assim como a distribuição do orçamento durante a sua execução. Podem ser tomadas novas medidas para reconstruir as infra-estruturas e para apoiar os investimentos produtivos, a formação e o emprego. Portugal prevê reafectar 182 milhões de euros desta maneira.
- Programas de **desenvolvimento rural**. Estes programas incluem, por exemplo, medidas a favor da prevenção dos fogos de floresta, da reconstituição das zonas florestais e da restauração do potencial agrícola. Estas medidas podem ser reforçadas.
- **Política agrícola comum**. São possíveis diversas derrogações, como a autorização de utilizar terrenos em pousio para pasto dos animais.
- **Centro de Controlo e de Informação para a Protecção Civil** da Comissão Europeia. Este centro assegura, desde Janeiro de 2002, um serviço de alerta 24 horas por dia, desencadeado a pedido de um país sinistrado, a fim de facilitar a assistência prestada pelos outros Estados-Membros (por exemplo, envio de aviões para combater os incêndios).
- **Auxílios estatais**. Podem ser autorizados para compensar os danos materiais e os efeitos indirectos claros das catástrofes.
- A **informação geográfica** constitui um elemento essencial na prevenção e gestão dos riscos. Por exemplo, na área florestal, a Comissão criou o sistema EFFIS (European Forest Fire Information System), que presta apoio quotidiano aos serviços florestais e de protecção civil dos Estados-Membros.

urgentes nos sectores da energia, dos transportes, das telecomunicações, da água, da saúde e do ensino.

Ao fim de um ano de existência do fundo, foi atribuída uma verba total de 833 milhões de euros em ajudas, decididas num prazo extremamente curto. Um esforço justificado não só por razões humanitárias, mas também pelo facto de em 2003, tal como em 2002, não ter sido apenas um país ou uma região a ser afectada pela destruição do «Verão assassino», mas sim toda a União.

E amanhã? Duas palavras-chave: prevenção e coordenação

Para além dos socorros de urgência, pretende-se também fazer face à previsível repetição de catástrofes relacionadas com os efeitos ambientais negativos das actividades humanas, nomeadamente a aceleração das

alterações climáticas. Como foi sublinhado pelo comissário Michel Barnier, recuperar fica mais caro do que prevenir, tanto mais que os enormes esforços dedicados ao desenvolvimento de uma região podem ser reduzidos a zero em caso de catástrofe. A importância da prevenção deve ser tida em conta quando da revisão intercalar dos programas dos fundos estruturais para o período 2000-2006.

No pós-2006, Michel Barnier pretende que *«cada programa dos fundos estruturais inclua uma rubrica «Prevenção de riscos naturais»*. Aliás defendeu, para além do FSUE e dos diversos dispositivos existentes, a criação de uma verdadeira força europeia de protecção civil, coordenada à escala intergovernamental.

Perante as consequências do Verão escaldante de 2003, o Parlamento Europeu apelou aos Estados-Membros

e à Comissão para reforçarem e coordenarem as suas iniciativas com vista a uma solidariedade europeia eficaz. O Comité das Regiões (CR) foi da mesma opinião e propôs a criação de um novo instrumento comunitário, independente dos objectivos dos fundos estruturais, que asseguraria não só a ajuda de emergência, mas também medidas de longo prazo, num quadro político e regulamentar claro e seguro^(?). Por último, também o projecto de Tratado que estabelece uma constituição para a Europa reflecte uma preocupação de solidariedade europeia: inclui uma «cláusula de solidariedade» segundo a qual a União mobiliza todos «os instrumentos ao seu dispor» para prestar assistência a um Estado-Membro em caso de catástrofe.

^(?) Comunicado do CR:
http://www.cor.eu.int/pt/prss/cprss2003/cor_03_07066.html.

Seminário «Regiões competitivas — Promover as melhores práticas» Transformar o apoio europeu em sucesso regional: o exemplo de Yorkshire e Humber (Reino Unido)

O intercâmbio de boas práticas no âmbito dos programas dos objectivos n.ºs 1 e 2 foi o tema de uma importante conferência europeia realizada em Sheffield (Inglaterra), em 9 e 10 de Outubro de 2003.

Cerca de 150 agentes do desenvolvimento regional provenientes de toda a União estiveram presentes na capital britânica do aço para participarem no seminário «Regiões competitivas — Promover as melhores práticas», organizado pelos responsáveis do programa do objectivo n.º 1 do Yorkshire Sul, pela Comissão Europeia e pelo gabinete do vice-primeiro-ministro do Reino Unido.

Nestes dois dias foram dados a conhecer diversos projectos bem sucedidos dos objectivos n.ºs 1 e 2, executados na Dinamarca, na Alemanha, na Finlândia, na França, na Irlanda, no Reino Unido e na Suécia, em áreas como o apoio às empresas, a Sociedade da Informação, a investigação e desenvolvimento tecnológico e a transferência de inovação (ver caixa).

e-Learning (aprendizagem em linha)

A realização de um seminário sobre boas práticas no Yorkshire Sul não surpreende: classificada objectivo n.º 1 para o período 2000-2006, esta região executa programas de desenvolvimento que são dos mais inovadores da União. É precisamente o caso do «South Yorkshire e-Learning Project» (Projecto de aprendizagem em linha do Yorkshire Sul), que é o maior projecto de ensino à distância da Europa e o maior investimento do objectivo n.º 1 no Yorkshire Sul. Pela primeira vez os fundos do objectivo n.º 1 são utilizados na formação à distância.



Este projecto insere-se num investimento de 371 milhões de euros destinado à formação e aquisição de competências na UE, devendo fazer com que a região se torne líder nacional e internacional do desenvolvimento de recursos pedagógicos digitais.

Antes da chegada dos fundos estruturais, o Yorkshire Sul era uma região em declínio. Na sequência da decadência das actividades industriais tradicionais (carvão, siderurgia, engenharia), o PIB regional diminuiu constantemente entre 1979 e 1995, em comparação com a média comunitária. Este declínio económico traduziu-se numa baixa demográfica, numa taxa de desemprego elevada e num baixo nível de instrução e de qualificação.

Para combater os problemas ligados às carências de escolaridade, o Yorkshire Sul consagrou cerca de 36 milhões de euros ao programa «Pathways to Success» («Trilhos do sucesso»). Trata-se de aumentar o nível de instrução para disponibilizar às empresas locais uma mão-de-obra mais qualificada. O programa destina-se a todos os alunos com idades compreendidas entre os 13 e os 16 anos, sejam eles alunos exemplares ou alunos susceptíveis de deixar a escola sem qualquer qualificação.

Joker para um jóquei

O jovem David Hunt beneficiou deste processo. Dois anos atrás, esteve para ser excluído da escola e do sistema escolar. Faltava frequentemente às aulas sem, no entanto, querer entrar no



mercado do trabalho. Convencido de que o mundo inteiro estava contra ele, nem sequer imaginava que a sua escola de Barnsley o podia ajudar a realizar o seu sonho: ser jóquei profissional.

Em 2001, a escola inscreveu-o num curso alternativo, que beneficiava já do apoio do programa «Trilhos do sucesso». Os professores tinham criado um programa escolar alargado a actividades extra-escolares. Para David, o percurso de inserção incluía três dias por semana num centro de equitação para deficientes de Barnsley, o que lhe permitiu ganhar autoconfiança. Pela primeira vez na vida fazia algo de que gostava: trabalhar com cavalos.

Começou assim uma reconciliação com o sistema educativo. Quando deixou a escola, David já tinha feito cinco exames e obtido um diploma de gestão de cavaliarias. Após algumas semanas de trabalho nas cavaliarias de Doncaster, um dos principais centros equestres do Reino Unido, David foi contratado como aprendiz de jóquei pelo famoso treinador Derek Haydn-Jones.

Para Rob Porter, um dos seus professores, «o que aconteceu ao David é uma recompensa para todos os que com ele trabalharam arduamente. O que prova que os 'Trilhos do sucesso' podem ter grandes repercussões na vida de um jovem».

Se o objectivo n.º 1 afecta apenas o sul de Yorkshire, vastas zonas do Yorkshire e de Humber beneficiam de outras ajudas estruturais comunitárias. A «Longhill-Link-Up Trust» é uma organização de desenvolvimento local da região de Hull, a leste de Yorkshire. De um pequeno grupo inicial de

voluntários, transformou-se numa verdadeira agência de desenvolvimento, que actualmente emprega nove colaboradores a tempo inteiro. Para além do cibercafé, as suas actividades beneficiaram cerca de 2 500 jovens em 2002. Recentemente, a Longhill-Link-Up Trust conseguiu aceder a ajudas do FEDER que lhe permitem melhorar sensivelmente as suas instalações e acompanhar as iniciativas locais.

Contacto:

Helen May

Yorkshire and Humber European Office

Avenue de Cortenberg 118

B-1000 Bruxelles

Tel.: (32-2) 735 34 08

Fax: (32-2) 735 61 24

E-mail: european.office@yorkshire.be

Yorkshire e Humber

A região de Yorkshire e Humber conta com 5 milhões de habitantes. Grande parte da população vive em centros urbanos e industriais situados no sul e oeste de Yorkshire, assim como no estuário do Humber. Trata-se, no entanto, de uma região com muitos contrastes que inclui, na proximidade dessas zonas urbanas, algumas das mais belas zonas rurais do Reino Unido, nomeadamente no Yorkshire Norte. Para o período 2000-2006 foram atribuídos 1 714 milhões de euros de ajudas comunitárias à região de Yorkshire e Humber.

Transferir as boas práticas

Tendo como pano de fundo o objectivo estratégico dos conselhos europeus de Lisboa e de Gotemburgo (a União Europeia deve «*tornar-se a economia do conhecimento mais competitiva e dinâmica do mundo, capaz de um crescimento económico sustentável acompanhado de uma melhoria quantitativa e qualitativa do emprego e de uma maior coesão social*»), os grupos de trabalho do seminário de Sheffield destacaram 12 projectos bem sucedidos dos objectivos n.ºs 1 e 2, divididos em três temas.

Tema «Apoio às PME»

O campus **Arvika** (Suécia)

A medida «**Microempresa**» (Irlanda)

O **Fundo Especial de Investimento de Merseyside** (Reino Unido)

Os empréstimos **Finnerva** para as PME (Finlândia)

Tema «Investigação e desenvolvimento e transferência de inovação»

O centro de biotecnologia **Bionord** (Alemanha)

O pólo biotecnológico **GTI** (Reino Unido)

O **EISLAB** (Suécia)

O parque científico **Novi** (Dinamarca)

O projecto **Zukunftswettbewerb Ruhrgebiet** (Alemanha)

Tema «Ensino à distância, comércio electrónico, governação em linha e administração em linha»

Formação à distância: o projecto de **aprendizagem em linha do Yorkshire Sul** (Reino Unido)

O projecto de governação em linha **IS Oulu** (Finlândia)

O projecto de administração em linha **Presage** (França)

Base de dados para a gestão dos fundos estruturais «**efReporter**» (Alemanha)

Descoberta de um país aderente

A Hungria Avante!

Em grande crescimento desde 1995, a economia húngara coloca o país numa posição bastante favorável para se integrar plenamente na União Europeia. Os húngaros, que no referendo de 13 de Abril de 2003 se pronunciaram por 83,8% a favor da adesão, estão plenamente conscientes disso.

Rodeada pela Áustria, Eslováquia, Ucrânia, Roménia, Sérvia, Croácia e Eslovénia, a Hungria é um dos Estados mais antigos da Europa Central. Com uma baixa altitude e sem acesso ao mar, o seu território é composto por três grandes conjuntos naturais. Ao sul de uma «espinha dorsal húngara», que engloba 400 km de maciços montanhosos culminando no monte Kékes (1 015 m), o Danúbio divide o país em duas zonas de planícies: a oeste o Transdanúbio, limitado pelas montanhas Mecsek e pelos últimos contrafortes dos Alpes austríacos; a este, uma baixa planície ligeiramente ondulada, chamada Alföld ou Grande Planície Húngara. A Hungria tem um clima continental relativamente seco devido à ausência de influência marítima.

Budapeste e o «deserto húngaro»?

Dois terços dos cerca de 10 milhões de húngaros vivem nas cidades, a começar por Budapeste (2 000 000 de habitantes), capital e centro económico e cultural do país. A preponderância desta metrópole é tal que, como durante muitos anos sucedeu com Paris e as regiões francesas, se pode falar de «Budapeste e do deserto húngaro»: apesar dos esforços de descentralização, a capital húngara representa mais de um quarto do emprego industrial, um quarto do volume de negócios do comércio a retalho, cerca de um terço dos médicos e das camas hospitalares bem como a maioria das instituições de investigação.

A Hungria tem, no entanto, algumas cidades médias: Debrecen (214 000 habitantes), centro comercial de uma grande região agrícola; Miskolc (194 000 habitantes), sede das indústrias metalúrgicas; Szeged (176 000 habitantes), centro de distribuição de produtos agrícolas da grande planície húngara, mas também local por excelência das indústrias químicas; Pécs (170 000 habitantes), centro da indústria ligeira. Quanto às zonas rurais elas constituem 67% do território húngaro.

Crescimento sustentável da economia

Na Hungria, a transição socioeconómica que se seguiu à queda do comunismo foi menos brutal do que noutros países. Após uma grave recessão, a economia húngara começou a recuperar a partir de 1994. O programa de ajustamento macroeconómico, empreendido a partir de 1995, abriu caminho para um crescimento duradouro do PIB, na

ordem dos 4% a 5% ao ano, entre 1995 e 2002. A taxa de inflação, que até meados de 2001 era de 10%, baixou progressivamente até chegar, em Agosto de 2003, aos 4,7% anuais. Quanto à taxa de desemprego, actualmente de 5,8%, é uma das mais baixas dos países aderentes.

Contudo, é preciso continuar os esforços em duas frentes. A elevada dívida pública externa foi reduzida, mas representa ainda mais de 50% do PIB. Por outro lado, o défice orçamental atingiu 6% do PIB em 2002. A situação deverá melhorar em 2003, mas sem que este défice desça abaixo dos 5% do PIB.

Paralelamente ao ajustamento macroeconómico, o processo de privatizações está muito avançado. De entre os países da Europa Central, a Hungria beneficia de uma das mais fortes taxas de investimento directo estrangeiro, o que ajudou imenso a modernizar as estruturas de produção e a melhorar a competitividade. Foram os sectores orientados para a





O «Bastião dos pescadores» em Budapeste.

exportação, nomeadamente os agroalimentares, que permitiram a recuperação económica.

Oitenta por cento das exportações húngaras são para a União Europeia. As principais são máquinas e equipamentos de transporte, produtos agrícolas, produtos químicos, aparelhos diversos, têxteis, ferro e aço e vinhos. As importações mais importantes são de máquinas e equipamentos de transporte, petróleo, produtos químicos e minerais. O sector dos serviços representa 63% do PNB e ocupa 48% da população activa. O turismo conheceu um desenvolvimento repentino. Desde 1993, o país acolheu 33 milhões de visitantes estrangeiros. Actualmente, este número continua mais ou menos estável e, segundo a Organização

Mundial de Turismo (OMT), a Hungria foi em 2001 o décimo segundo destino do turismo internacional.

Desenvolvimento regional: um quadro político adaptado

Ao adoptar em 1996 a lei sobre o desenvolvimento regional e o ordenamento do território (*Act on Regional Development and Physical Planning/ARDPP*), a Hungria tornou-se o primeiro país da Europa Central a possuir um quadro jurídico com evidentes semelhanças à política regional da União Europeia. Esta lei cria, a par dos municípios, conselhos de *comitat* para o desenvolvimento regional. Em 1998 foram criadas sete regiões estatísticas, beneficiárias dos fundos europeus. Estas regiões são

dirigidas por conselhos de desenvolvimento regional, nos quais o Estado está significativamente representado.

Tendo sido, juntamente com a Polónia, o primeiro país a beneficiar do Phare, a Hungria recebeu deste programa 1 030 milhões de euros no período entre 1990 e 1999 e 96 milhões de euros entre 2000 e 2002. A Hungria beneficia igualmente das ajudas de pré-adesão do ISPA (transportes e ambiente) e do Sapard (desenvolvimento rural). A título indicativo, estas ajudas representaram, em 2002, 93,9 milhões de euros no que respeita ao ISPA e 39,8 milhões relativamente ao Sapard.

Entre 2004 e 2006, a Hungria receberá cerca de 2 000 milhões de euros no quadro do objectivo n.º 1 dos fundos estruturais e, em média, mais de 1 123 milhões de euros no quadro do Fundo de Coesão. A estas verbas virão juntar-se perto de 100 milhões de euros das iniciativas comunitárias Interreg III (68,67 milhões) e EQUAL (30,29 milhões).

Contacto:

Gabinete do Primeiro-Ministro
Kossuth Lajos tér 4.
H-1055 Budapeste
Tel.: (36-1) 441 38 40
Fax: (36-1) 441 38 42
E-mail: egri.magdolna@meh.hu

Superfície

93 030 km²

População

10 164 000 habitantes

Densidade: 109 habitantes/km²
(EU-15: 118 habitantes/km²)

Economia e emprego

Índice PIB/habitante PPC (2002):
57 (EU-15:100)

Taxa de desemprego (2002):
5,8% (EU-15: 7,6%)



Questões colocadas a Endre Juhász, ministro húngaro dos Assuntos Europeus

Em 12 anos, a Hungria conseguiu converter-se à economia de mercado e, ao mesmo tempo, aderir à União Europeia. Como explica esta capacidade do seu país para «recuperar o tempo perdido», se é que podemos falar nestes termos?

Segundo o último relatório do Eurostat, a Hungria situava-se, em 2002, nos 57% da média comunitária em termos de PIB por habitante (paridade de poder de compra), contra 46% em 1995. Este aumento de 11 pontos percentuais traduz uma recuperação extraordinária em relação aos actuais Estados-Membros da União. É a recuperação mais espectacular dos países aderentes: apenas a Eslovénia, com os seus 10 pontos de aumento, apresenta um desempenho comparável. Sabendo que a situação de alguns países candidatos se deteriorou no mesmo período, podemos dizer que a Hungria está realmente a recuperar o seu atraso.

Como se explica este resultado? Há muitos elementos a ter em conta, mas o factor essencial são, certamente, as verdadeiras reformas que implementámos: privatizações, reestruturação industrial, acolhimento de investimentos estrangeiros, liberalização do comércio externo, etc. Foram lançados programas estratégicos não só bem pensados mas, sobretudo, bem executados. Na Hungria não escolhemos a terapia de choque, antes optámos por executar os nossos planos lenta mas seguramente. A estabilidade política contribuiu para uma transição pacífica e ordenada. Houve eleições em 1990, 1994, 1998 e 2002. Ainda que estes escrutínios tenham, em cada uma das ocasiões, sido ganhos por partidos na oposição, foram constituídos governos estáveis que concluíram sempre os seus mandatos de quatro anos. Nunca tivemos eleições antecipadas. A alternância política funcionou bem.

No entanto, a transição para uma economia de mercado não se fez sem dor. Durante os primeiros anos de transição, entre 1990 e 1993, o PIB diminuiu, tendo a diminuição sido de 12% só em 1991. Toda a gente reconhece que pagámos um

alto tributo social, que a população fez muitos sacrifícios e estamos felizes por quase tudo já ter passado.

A nossa política de integração europeia caracterizou-se por um ritmo muito elevado. O objectivo de aceder à Comunidade foi decidido pelo governo em 1990, logo após as primeiras eleições livres. Este objectivo foi partilhado e prosseguido activamente pelos governos que se sucederam. Fomos os primeiros, juntamente com a Polónia e a Checoslováquia, a negociar e concluir um acordo de associação com a CEE, em 1991. A Hungria foi a primeira a apresentar a sua candidatura à União Europeia em 1994. As negociações de adesão foram longas e difíceis, mas nenhum governo húngaro ou formação política significativa pensou em renunciar à ideia da adesão.

Quando se viaja pela Hungria, dir-se-ia que a prosperidade económica atingiu e ultrapassou um pouco o Danúbio, mas ainda não chegou às regiões orientais. Esta impressão tem fundamento?

Essa impressão está mais ou menos certa, mas deve ser um pouco atenuada. A prosperidade chegou certamente a Budapeste, cujo PIB por habitante atinge já 107,9% da média comunitária. A grande disparidade reside entre a capital e as outras regiões. É verdade que existe uma diferença evidente entre as regiões ocidentais do país e as regiões situadas a leste do Danúbio. No Transdanúbio, que é a parte mais ocidental da Hungria, o PIB por habitante é 11% a 12% superior à média europeia. Isto deve-se, sobretudo, aos investidores estrangeiros que preferiram instalar-se, por razões de infra-estruturas de transporte, na parte ocidental do nosso país.

O que está a ser feito para melhorar a coesão e reduzir as disparidades regionais?

A redução das disparidades regionais é uma prioridade do governo húngaro. Para isso são necessários novos investimentos e é preciso criar empregos, o que passa

primeiro por boas infra-estruturas de transporte. Dispomos de uma auto-estrada entre Budapeste e Viena, mas faltam importantes ramificações rodoviárias para leste, para sul e para sudoeste. Desejamos acelerar a construção de auto-estradas e já estão previstos, para esta prioridade, importantes fundos no orçamento nacional. A modernização dos caminhos-de-ferro também está na ordem do dia. Uma mão-de-obra qualificada é outra condição necessária para atrair novos investimentos. Estamos a executar programas mais orientados para a formação profissional. Também é necessário aumentar a mobilidade da população activa. Hoje em dia, os trabalhadores húngaros ainda não estão preparados para se deslocarem à procura de emprego. Será necessária uma mudança de mentalidades. Enquanto se esperam os fundos estruturais e o Fundo de Coesão, são atribuídos recursos cada vez mais importantes à política nacional de ordenamento do território, como é o caso do orçamento para 2004.

No que se refere à política regional, que podem oferecer a União e os Estados-Membros ao seu país?

A política estrutural e de coesão da União Europeia será um instrumento importante para reduzir as disparidades regionais. No nosso Plano Nacional de Desenvolvimento, que serve de base ao quadro comunitário de apoio, são várias as prioridades que visam o melhoramento da coesão social e territorial do país. Dispomos de um programa operacional especificamente consagrado ao desenvolvimento regional. Está em curso a implementação do dispositivo institucional para recepção e gestão efectiva dos fundos e esperamos não encontrar obstáculos no total aproveitamento dos recursos financeiros disponíveis. Esperamos também que, depois de 2006, seja mantida uma política estrutural e de coesão forte e bem dotada financeiramente.

Depoimento recolhido em 2 de Outubro de 2003.

Descoberta de uma região

A Sicília

Periferia e desequilíbrios

O desenvolvimento da maior ilha do Mediterrâneo é desequilibrado: o litoral, densamente povoado, engloba pólos económicos muito importantes enquanto as zonas do interior, despovoadas, sofrem de um forte isolamento.



Uma parte do porto de Trapani.

Com uma superfície de 25 706 km², a Sicília é a maior ilha do Mediterrâneo. A sua população, muito densa (198 habitantes/km²), concentra-se nas costas norte e leste da ilha, em diversas grandes aglomerações, como é o caso de Palermo (750 000 habitantes), Catânia (360 000 habitantes) e Messina (260 000 habitantes). O interior da Sicília é afectado pelo êxodo de jovens e pelo envelhecimento da população.

Toda a ilha apresenta um tecido produtivo ainda frágil, uma estrutura económica em que o emprego industrial é fraco face ao sector agrícola e ao sector da construção, uma taxa de desemprego superior a 20% (mais de 30% para as mulheres e mais de 50% para jovens com menos de 25 anos), com maior incidência na província de Enna e nas cidades de Catânia, Palermo e Messina. Desde 1992, a taxa de crescimento do PIB apresentou, por três vezes, valores negativos. De maneira geral, o crescimento mantém-se inferior à média nacional. Para 2001 e 2002, no entanto, as tendências do PIB e do emprego tiveram uma evolução positiva.

Mas o ponto fraco da Sicília reside principalmente na sua situação periférica: a insularidade constitui um obstáculo físico aos intercâmbios sociais, económicos e comerciais entre este «sul do sul italiano» e as regiões da península. A Sicília exporta um pouco menos de 6% da sua produção, enquanto a média nacional se situa perto dos 20%.

A Sicília possui no entanto grandes potencialidades, a começar pelo seu capital humano, com uma população muito jovem. Outros pontos fortes são o extraordinário património natural e cultural da ilha, pouco valorizados

porém. Recentemente, o desenvolvimento local conheceu uma renovação graças a uma maior mobilização dos habitantes na elaboração de iniciativas autónomas.

Grças aos fundos estruturais, a Sicília está a reduzir o seu atraso em sectores estratégicos, utilizando os recursos naturais (hídricos, energéticos, etc.) e satisfazendo ao mesmo tempo os objectivos de sustentabilidade ambiental em todos os sectores produtivos. Dotado de um orçamento global de 9 415 milhões de euros, dos quais 3 858 milhões vêm dos fundos estruturais, o programa operacional regional «Sicília» articula-se em torno de seis eixos prioritários: valorização dos recursos naturais; valorização dos recursos culturais; desenvolvimento dos recursos humanos; apoio aos sistemas produtivos locais; valorização do papel das cidades no seu contexto territorial; redes e intercâmbio de serviços.

Contacto:

Regione siciliana — Presidenza

Direzione regionale della Programmazione

a/s Gabriella Palocci

Piazza Don Luigi Sturzo, 36

I-90139 Palermo

Tel.: (39) 09 16 96 00 13

Fax: (39) 09 16 96 02 73

E-mail: direzione.programmazione@regione.sicilia.it

Internet: <http://www.euroinfosicilia.it>

Superfície

25 706 km²

População

5 100 000 habitantes

Densidade: 198 hab./km² (EU-15: 118 hab./km²)

Economia e emprego

Índice PIB/hab. PPC (2000): 75 (EU-15: 100)

Taxa de desemprego (2001): 20,8% (EU-15: 7,6%)

Fundos estruturais (2000-2006)

Objectivo n.º 1

(em milhões de euros)

| UE | Outros fundos públicos | Total |
|-----------|------------------------|-----------|
| 3 857,946 | 3 727,918 | 9 415,495 |

Uma «parceria da comunicação» para otimizar o impacto das ajudas regionais

Para beneficiar plenamente das possibilidades oferecidas pelos fundos estruturais, as autoridades sicilianas constituíram um «*Partenariato della comunicazione*», uma rede de agentes socioeconómicos, públicos e privados, espalhados por toda a ilha.

Desde Janeiro de 2001 que a Direcção-Geral da Programação da Região da Sicília organiza encontros com os principais agentes socioeconómicos da ilha, com o intuito de elaborar um dispositivo que permita divulgar em todo o território as possibilidades disponíveis através do programa operacional regional (POR) «Sicília 2000-2006». Esta iniciativa levou à criação, em Março de 2002, de um «*Partenariato della comunicazione*» (parceria da comunicação), uma rede de agentes públicos e privados, motivados e repartidos de forma homogênea por toda a ilha. Coordenada e alimentada pela Unidade de Comunicação da Direcção-Geral da Programação, esta rede tem a missão de difundir a informação e a documentação sobre o POR, divulgar os convites para a apresentação de projectos e favorecer o intercâmbio de experiências e de boas práticas.

Portal dos fundos estruturais

A parceria da comunicação é antes de mais materializada numa página Internet. Ao acederem a www.euroinfosicilia.it, a página oficial do programa operacional siciliano, os parceiros podem, mediante uma palavra-senha, aceder a um verdadeiro «portal dos fundos estruturais», que contém informações pertinentes e actualizadas sobre as possibilidades de financiamento, apresentando estudos de casos e divulgando propostas de entidades públicas e privadas. Uma secção dá resposta às perguntas mais frequentes e um fórum permite expressar opiniões, trocar experiências e colocar questões às autoridades ou aos outros membros da rede. Também podem ser consultados os novos avisos para apresentação de projectos, bem como as respectivas normas, ou os concursos públicos para os próximos seis meses, não esquecendo

os contactos dos parceiros de referência e dos funcionários regionais responsáveis pelas várias medidas do programa operacional.

Os participantes da rede podem igualmente comunicar através da quarta página do boletim de contacto «OpPORTunità», publicado mensalmente e com uma tiragem de 60 000 exemplares. Mais dois meios de comunicação estarão disponíveis em finais de 2003: uma emissão televisiva e radiofónica fará todos os meses o ponto de situação do programa operacional regional, dando especial relevo às actividades dos promotores de projectos. Além disso, os parceiros da rede podem solicitar a organização de um seminário informativo na sua zona, sempre que os convites para apresentação de projectos incidam nos seus sectores de actividade ou no seu território.

Em troca destas vantagens espera-se que os membros da rede sejam divulgadores do POR e criem localmente um ponto de contacto destinado aos promotores de projectos e a beneficiários potenciais do programa. Assumindo frequentemente a forma de serviços de acolhimento (*desks*), assegurados nos organismos ou nas empresas parceiras por colaboradores formados para o efeito pela Região da Sicília, estes pontos de contacto são característicos da fórmula que dá a originalidade à parceria da comunicação: maximizar a difusão da informação, utilizando os promotores de projectos como intermediários da informação entre os gestores e os potenciais beneficiários das ajudas regionais. A rede é assim um precioso instrumento para suscitar e fazer emergir novos projectos.

Cultura da informação

Em Outubro de 2003, cerca de 180 parceiros tinham assinado a convenção



que formaliza a integração na rede que, simultaneamente, parece ter atingido a sua massa crítica e a velocidade de cruzeiro. No início, porém, as coisas não pareciam tão simples e foi necessária a perseverança dos responsáveis pelo projecto e o seu poder de persuasão para imporem internamente a ideia desta iniciativa. Em Itália, a administração carece daquilo que se pode chamar «cultura da informação» e tende a ser relutante em relação a novos processos e tecnologias. A parceria de comunicação contribui, portanto, não só para favorecer a difusão descentralizada da informação, mas também para modernizar as estruturas administrativas sicilianas. Como resultado, as diferentes administrações regionais tendem a cooperar e a estabelecer relações mais estreitas com os beneficiários finais dos fundos europeus.



Savo (Finlândia)

Ponto de partida para mulheres empresárias

Baseado na ambição e no acompanhamento personalizado, o projecto «Naisyrittäjän Lähtöruutu» (Ponto de partida para mulheres empresárias) tem por objectivo encorajar o maior número de mulheres a criar, gerir e, sobretudo, perpetuar a sua empresa.



Estudantes iniciando-se no marketing por ocasião de um estágio «Empresa de sonho» organizado em Agosto de 2003.

Os dados são claros: na Finlândia, as mulheres constituem 48,6% da população activa, mas só 30% dos empresários são do sexo feminino.

Por outro lado, as mulheres trabalham em sectores que ainda utilizam pouco as novas tecnologias. No entanto, as novas tecnologias da comunicação podem, por exemplo, dar oportunidade às mulheres de escolherem sectores de actividade de alto valor acrescentado e, por conseguinte, melhor remunerados e com melhores perspectivas comerciais.

O que na Finlândia se verifica a um nível geral, verifica-se também, mas de maneira mais patente, em Savo, centro-leste do país. A taxa de desemprego é

aí muito elevada e as perspectivas socioprofissionais são limitadas para as mulheres devido à situação periférica da região. Este território, com um tecido económico pouco diversificado, apresenta um saldo migratório negativo e, na maior parte das vezes, são as mulheres que emigram. Em Savo, a percentagem de mulheres empresárias é inferior ao resto da Finlândia. Daí a iniciativa suportada pelos fundos estruturais, de criar um sistema completo de apoio às mulheres empresárias.

As medidas anteriormente postas em prática, como os projectos «Weera» (Emprego agora) e «Savotar/Enrec» (no âmbito do programa europeu Recite II), revelaram as limitações dos

métodos clássicos de luta contra o desemprego nas regiões periféricas, e evidenciaram os problemas específicos das mulheres empresárias.

Continuando na mesma linha destes programas, mas no âmbito do programa objectivo n.º 1 — Finlândia do Leste —, o projecto «Naisyrittäjän Lähtöruutu» (Ponto de partida para mulheres empresárias) pretende encontrar melhores soluções, financiando tanto infra-estruturas como acções de formação reservadas a mulheres.

Recursos e sinergias

O projecto permitiu, antes de mais, a criação de centros de recursos destinados a mulheres que criaram empresas e que ambicionavam melhorar as suas competências, assim como às mulheres desempregadas e estudantes que pretendiam enveredar por uma actividade independente.

Para além dos computadores, fotocopiadoras, telecopiadoras e outro material disponibilizado pelos centros, estes também aconselham e fornecem acompanhamento para a edição de produtos impressos (brochuras de promoção, cartões de visita, etc.) e electrónicos (páginas *web*).

São também organizadas numerosas acções de formação, algumas à distância. As mulheres empresárias e, eventualmente, os seus empregados (incluindo homens) podem aperfeiçoar os conhecimentos da forma que lhes for mais conveniente. Nesta área, a utilização das tecnologias da informação permite melhorar os

conhecimentos informáticos, possibilitando também a criação de laços, ou até mesmo verdadeiras colaborações, entre os participantes e entre estes e os estabelecimentos de ensino.

Encontrando-se muitas vezes inseridos em estruturas polivalentes que acolhem outras actividades (associativas, sócio-sanitárias, etc.), estes centros de recursos estimulam e orientam a criação de novas empresas em sectores locais de sucesso: recentemente surgiram empresas ligadas à saúde e ao bem-estar.

Acompanhamento personalizado

No entanto, os centros são antes de mais locais de acolhimento para mulheres empresárias. Após a identificação das necessidades é feito, para cada participante, um balanço personalizado. Com base neste balanço, as interessadas recebem um «vale de formação» que lhes permite seguir um percurso pedagógico específico e beneficiar de assistência e aconselhamento. Uma conselheira de orientação ajuda-as depois a seleccionar os organismos que oferecem estes serviços. Os mais pretendidos são a criação de empresas, liderança, *marketing* e técnicas de venda, trabalho em rede, desenvolvimento de produtos e gestão da qualidade.

Visitas «de terreno» em todo o país permitem às mulheres empresárias trocar experiências com homólogas de outras regiões finlandesas. O «ponto de partida» dá-lhes também a possibilidade de participar em feiras e salões comerciais.

São também organizados seminários ou mesmo reuniões em pequenos grupos, em função das necessidades e dos desejos das participantes. Por vezes, são mesmo organizadas acções para aprender a gerir o *stress*.

Este projecto, implementado entre Abril de 2002 e Dezembro de 2004, dispõe de um orçamento total de 734 170 euros. Até ao Outono de 2003 já tinham participado na operação 75 mulheres empresárias e, nos diferentes centros de recursos, já tinham sido prestadas 268 consultas em gestão de empresas. No total, 305 pessoas tinham beneficiado dos diversos serviços disponibilizados.

Contacto:

Terhi Majamaa
Project Manager
Naisyrittäjän Lähtöruutu
Women Entrepreneur Take-Off Point
Ylä-Savo Vocational Institute
Pohjolankatu 9 B,
FIN-74100 Iisalmi
Tel.: (358-17) 820 59 00
Fax: (358-17) 820 59 01
E-mail: terhi.majamaa@ysao.fi
<http://www.ysao.fi/Ylasavo/>
<http://ammattiopisto/projekti.nsf>



Seminários e conferências acabaram por enriquecer o programa.

Competitividade, desenvolvimento sustentável e coesão na Europa — De Lisboa a Gotemburgo

Contribuição da política regional para os objectivos dos conselhos europeus de Lisboa e Gotemburgo, repartida por 26 projectos exemplares.



Disponível em onze línguas da União.

Regiões em acção, um país em movimento — Compilação de projectos realizados na Grécia com o apoio dos fundos estruturais

26 exemplos de projectos bem sucedidos na Grécia



Disponível em francês, grego e inglês.

Em linha



<http://www.leaderplus.se/sv/index.asp>

As redes nacionais Leader+ alimentam uma base de dados comum, destinada a facilitar a cooperação entre os «grupos de acção local» que beneficiam da iniciativa comunitária de desenvolvimento rural. Um motor de busca, com palavras-chave em 11 línguas, facilita a identificação dos parceiros. Instrumento muito útil, até mesmo fora do âmbito do Leader+, a base «Mercado da cooperação transnacional» é acessível a partir dos sítios web das diferentes redes nacionais Leader+. Aqui, a referência do sítio da rede sueca.

<http://www.arcmanche.com/suite.html>

Segundo os seus promotores, a criação deste sítio Internet em 2000 foi um elemento muito positivo para promover «L'Arc Manche» como estrutura de cooperação. Com efeito, «L'Arc Manche» é uma rede, envolvendo uma dezena de regiões francesas e colectividades locais britânicas, que procuram reforçar os laços entre as duas margens do canal da Mancha, cooperando em temas de interesse comum, nomeadamente no âmbito do Interreg IIIB Europa do Noroeste. É de sublinhar que este belo sítio bilingue (francês/inglês) é muito completo: apresentação das regiões parceiras e dos vários projectos, mapas, motores de busca, etc. Um acesso prático para descobrir o desenvolvimento regional em acção nas costas do mais frequentado mar do mundo.



<http://www.espaces-transfrontaliers.org>

Criada pela Delegação para o Ordenamento do Território e a Acção Regional, França (DATAR), em 1997, a Missão Operacional Transfronteiriça é uma estrutura interministerial, especializada na montagem de projectos europeus transfronteiriços. O seu sítio Internet foi concebido como uma base de recursos destinada aos protagonistas da cooperação transfronteiriça. Contém numerosas informações: apresentação de territórios e de projectos, fundos jurídico, documental e cartográfico, base de dados sobre os fundos Interreg (mapas, documentos únicos de programação e respectivas sínteses), ligações e, sobretudo, secções metodológicas muito interessantes para todos os promotores transfronteiriços europeus. É uma pena que o sítio apenas esteja disponível em francês.



<http://www.circum-regional.org>

Criada em 1973 e apoiada pelas instituições europeias, a Cooperativa Internacional de Investigação em matéria de COMunicação (Circum) é uma rede que agrupa mais de 376 televisões regionais de 38 países diferentes. Os seus objectivos são promover a cooperação entre televisões regionais, oferecer um espaço de reflexão e de intercâmbio aos protagonistas do audiovisual e da informação regional e contribuir para o desenvolvimento da cultura e da identidade das regiões da Europa. A Circum realiza co-produções e estimula o intercâmbio de programas: emissões temáticas, programas de informação, jornais transfronteiriços, documentários, programas juvenis, culturais e musicais. A rede atribui todos os anos um prémio Circum aos melhores programas regionais consagrados à Europa.



Contactos

Comissão Europeia, direcção-Geral da Política Regional
Unidade 01 — Informação e Comunicação
Thierry Daman
Avenue de Tervuren 41
B-1040 Bruxelles
Fax: (32-2) 296 60 03
E-mail: regio-info@cec.eu.int
Sítio Internet: http://europa.eu.int/comm/dgs/regional_policy/index_pt.htm

Comissário Michel Barnier
http://europa.eu.int/comm/commissioners/barnier/index_pt.htm

Informações sobre as ajudas regionais da União Europeia
http://europa.eu.int/comm/regional_policy/index_pt.htm

© Comunidades Europeias, 2003
Reprodução autorizada mediante menção da fonte



Serviço das Publicações
Publications.eu.int